



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

495

A 'Nova' Revolução Chinesa: sucesso e contradições

Antônio Márcio Buainain
Rodrigo Lanna F. da Silveira
Ana Célia Castro

Abril 2026



ie Instituto de
economia

A ‘Nova’ Revolução Chinesa: sucesso e contradições

Antônio Márcio Buainain¹
Rodrigo Lanna F. da Silveira²
Ana Célia Castro³

Resumo

Este ensaio interpreta a transformação da China pós-1978 como uma “nova revolução” que combinou reformas econômicas pragmáticas com controle político centralizado. Examina os legados históricos de longa duração que moldaram a capacidade estatal e analisa o gradualismo institucional das reformas — experimentação local, sistema de preços em duas trilhas, empresas de vilas e municípios (TVEs), zonas econômicas especiais (ZEEs) e federalismo fiscal competitivo — como motores do crescimento inicial e da integração global. A partir dos anos 2000, o modelo de desenvolvimento deslocou-se para um padrão sustentado por inovação, ciência, tecnologia e infraestrutura, concebidas como pilares interdependentes da competitividade nacional. O ensaio também destaca as contradições acumuladas: crescimento impulsionado por investimento e mercado imobiliário, endividamento crescente dos governos locais, excesso de imóveis desocupados, desemprego juvenil e fragilidade da proteção social, marcada pelo dualismo do sistema *hukou* e pela desarticulação das redes familiares e comunitárias em meio à urbanização acelerada e à baixa fecundidade. No plano externo, sanções tecnológicas, tensões geoeconômicas e os limites da estratégia de “dupla circulação” expõem vulnerabilidades persistentes em semicondutores e equipamentos de alta complexidade. À guisa de conclusão, propõe-se uma reflexão comparativa com o Brasil: enquanto a China precisa redistribuir poder e reconstruir sua proteção social para sustentar a prosperidade, o Brasil tem a oportunidade de converter seu déficit de infraestrutura e seu vasto mercado interno potencial em investimento orientado por missões e ganhos de produtividade — sem retroceder a um paradigma de Estado-produtor. A lição central não é reproduzir políticas, mas construir capacidade de coordenação, estratégias industriais disciplinadas e pactos sociais que conciliem inclusão e inovação.

Palavras-chave: China; Gradualismo institucional; Capitalismo de Estado; Inovação e política industrial; Proteção social e sistema *hukou*; Transição demográfica; Endividamento e mercado imobiliário; Integração global e “dupla circulação”; Brasil; Investimento em infraestrutura.

Abstract

The 'New' Chinese Revolution: success and contradictions

This essay interprets China's post-1978 transformation as a “new revolution” that fused pragmatic economic reform with centralized political control. It traces the long-run historical legacies that shaped state capacity, then analyzes the reform era's institutional gradualism—local experimentation, dual-track arrangements, TVEs, SEZs, and incentive-compatible federalism—as the engine of early growth and global integration. From 2000 onward, the development model pivoted toward innovation, science and technology, and infrastructure as co-

(1) Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador de Centro de Economia Aplicada, Agrícola e Meio Ambiente (CEA/IE/Unicamp) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento (INCT/PPED). E-mail: buainain@unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1779-5589>.

(2) Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador de Centro de Economia Aplicada, Agrícola e Meio Ambiente (CEA/IE/Unicamp). E-mail: rlanna@unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1208-5713>.

(3) Professora Titular, Diretora do Colégio Brasileiro de Altos Estudos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Vice Coordenadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento (INCT/PPED), Presidente do Fórum Brasileiro de Estudos Avançados (FOBREAV). E-mail: castro.anacelia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7070-6047>.

evolving pillars of competitiveness. The paper also foregrounds accumulating contradictions: growth driven by investment and real estate, rising local-government leverage, property overhang, youth unemployment, and a fragmented welfare regime that reflects hukou dualism and weakened family/community safety nets amid rapid urbanization and low fertility. External constraints—technology sanctions, geoeconomic pushback, and the limits of “dual circulation”—further expose vulnerabilities in semiconductors and advanced equipment. In conclusion, a comparative reflection argues that while China must redistribute power and rebuild social protection to sustain prosperity, Brazil’s opportunity lies in turning infrastructural deficits and a large under-served domestic market into mission-oriented investment and productivity gains—without reverting to a state-producer paradigm. The lesson is less about copying policies than about building credible coordination capacity, disciplined industrial strategies, and social compacts that align inclusion with innovation.

Keywords: China; Institutional gradualism; State capitalism; Innovation and industrial policy; Social protection and hukou; Demographic transition; real estate and local-government debt; Global integration and “dual circulation”; Brazil comparison; infrastructure investment.

Códigos JEL: O53, P21, P30 e P11.

Antecedentes históricos: entre a civilização milenar e o século da humilhação

A compreensão da trajetória recente da China exige recuar no tempo e reconhecer o peso da história de longa duração. A chamada “nova revolução” chinesa — caracterizada pelas reformas iniciadas em 1978 e pela rápida transformação econômica, social e tecnológica das últimas quatro décadas — não pode ser explicada apenas por fatores conjunturais. Ela se enraíza em um conjunto de legados históricos, experiências traumáticas e estruturas institucionais que definiram o modo como o Estado chinês foi capaz de mobilizar recursos, coordenar políticas e conduzir a modernização nacional sob um regime político centralizado.

A China é frequentemente descrita como a civilização contínua mais antiga do mundo, com raízes políticas e culturais que remontam a mais de quatro milênios. Essa longa duração não implica imutabilidade, mas uma forma de path dependence institucional que condiciona as opções de reforma posteriores, a capacidade de reconstrução institucional e de reinvenção das formas de autoridade centralizada (Fairbank; Goldman, 2006; Spence, 1990). Desde as dinastias imperiais, o Estado chinês desenvolveu mecanismos de administração e controle baseados em uma burocracia meritocrática, cuja legitimidade derivava tanto da erudição confuciana quanto da eficácia na manutenção da ordem (Elman, 2013). O sistema de exames imperiais, vigente por séculos, consolidou uma elite administrativa que combinava lealdade política e competência técnica, permitindo ao Estado atravessar períodos de fragmentação sem perder sua vocação unificadora (Wittfogel, 1957; Weber, 1978). Essa experiência histórica sedimentou uma concepção particular de governo e de interesse público — centrada na ideia de estabilidade e continuidade — que permaneceu como referência, explícita ou implícita, para os projetos de modernização subsequentes (Eisenstadt, 2000; Lieberthal, 1995).

A longa continuidade civilizatória da China foi profundamente abalada a partir das Guerras do Ópio (1839–1842 e 1856–1860), quando o império Qing foi derrotado pelas potências ocidentais e submetido a uma série de tratados desiguais que impuseram concessões territoriais, abertura forçada de portos e perda de autonomia aduaneira (Fairbank, 1992; Hevia, 2003). A sequência de crises que se seguiu — rebeliões internas como a Taiping (1851–1864), intervenções estrangeiras e a ocupação japonesa de partes do território — revelou os limites do sistema imperial e corroeu a legitimidade da ordem tradicional (Spence, 1990; Esherick, 2011). Esse longo período, que se estende

aproximadamente de 1839 a 1949, é conhecido na historiografia chinesa como o “século da humilhação” (*bainian guochi*), expressão que sintetiza a experiência de subjugação política e desagregação social vivida pelo país (Zheng, 2016).

Mais do que um simples declínio econômico ou militar, esse século de crise foi uma transformação profunda na consciência nacional. As derrotas sucessivas e a dominação estrangeira alimentaram um sentimento coletivo de atraso e vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que reforçaram a convicção de que a reconstrução da soberania exigia modernização tecnológica e reorganização institucional. A perda de prestígio do império e a fragmentação territorial levaram ao colapso da dinastia Qing (1911) e ao turbulento período republicano que se seguiu, marcado pela guerra civil, pelo regionalismo dos senhores da guerra e pela ocupação japonesa (Fairbank; Goldman, 2006; Westad, 2012). Essa sucessão de desastres consolidou uma memória histórica de humilhação e resistência que se tornaria um dos fundamentos ideológicos da revolução comunista e da posterior legitimação do Estado-Partido: a promessa de restaurar a grandeza nacional e impedir a repetição da submissão ao estrangeiro (Callahan, 2004; Gries, 2004).

A vitória comunista em 1949 e a fundação da República Popular da China representaram o encerramento do “século da humilhação” e o início de uma nova era de unificação territorial e reconstrução nacional. Sob a liderança de Mao Zedong, o Partido Comunista assumiu a tarefa de reconstituir o Estado, consolidar a soberania e redefinir o projeto de modernização sob bases socialistas. O novo regime inspirou-se no modelo soviético de planejamento central, industrialização pesada e mobilização política de massas, considerado à época condição indispensável para recuperar o atraso tecnológico e assegurar a autonomia nacional (Meisner, 1999; Naughton, 2007). A criação de instituições centralizadas, o monopólio estatal sobre os meios de produção e a reorganização da economia em comunas e empresas públicas expressavam uma estratégia de acumulação extensiva, em que o Estado substituíra o mercado como instância de coordenação (Schram, 1989; Riskin, 1987).

A experiência maoísta teve êxitos e fracassos de grande escala. Por um lado, o regime garantiu estabilidade territorial, reduziu desigualdades extremas herdadas do passado e promoveu avanços em saúde pública, alfabetização e expectativa de vida (Riskin, 1987; Bramall, 2008). Por outro, a radicalização ideológica e o voluntarismo político levaram a desastres humanos e econômicos. O Grande Salto Adiante (1958–1961), ao tentar acelerar a industrialização através das comunas populares e da produção descentralizada de aço, resultou em fome generalizada e dezenas de milhões de mortes (Dikötter, 2010). Poucos anos depois, a Revolução Cultural (1966–1976) aprofundou o caos institucional, desorganizando o sistema educacional e científico, perseguindo intelectuais e paralisando a administração estatal (MacFarquhar; Schoenhals, 2006).

Apesar desses descaminhos, o período maoísta deixou legados duradouros. A unificação política e o fortalecimento do Partido-Estado criaram as bases para a estabilidade institucional das décadas seguintes. O nacionalismo revolucionário consolidou uma ideologia de soberania e autossuficiência que moldaria as reformas posteriores, mesmo quando o país se abrisse ao mercado (Meisner, 1999; Vogel, 2011). Ao final dos anos 1970, a China emergia de três décadas de experimentação radical como uma sociedade majoritariamente agrária e de baixa produtividade, mas com um Estado centralizado, um projeto nacional e uma burocracia capaz de coordenar transformações em larga escala — um ponto de partida paradoxal, que explicaria em parte o êxito das reformas conduzidas a partir de 1978.

Ao final da era maoísta a China era um país essencialmente agrário, com produtividade limitada, instituições econômicas centralizadas e fortes restrições à iniciativa individual. O modelo de desenvolvimento adotado entre 1949 e 1976 havia logrado restaurar a unidade territorial, eliminar estruturas feudais e afirmar a soberania nacional, mas mostrou-se incapaz de gerar riqueza de modo sustentado. O Estado-Partido, embora consolidado e disciplinado, operava sobre uma base produtiva exaurida, em que o planejamento central substituíra o mercado sem construir mecanismos eficientes de alocação e inovação (Riskin, 1987; Naughton, 2007). A economia encontrava-se travada entre a autossuficiência ideológica e a escassez material, o que tornava evidente a necessidade de uma reorientação profunda.

Ainda assim, as três décadas de revolução deixaram legados que seriam decisivos para o ciclo seguinte. A centralização política e a capacidade organizativa do Partido criaram as condições institucionais para a implementação de reformas graduais e controladas. A experiência de mobilização em larga escala dotou o Estado de instrumentos de coordenação que, posteriormente, seriam redirecionados para o crescimento econômico. E a ideologia da autossuficiência, originalmente voltada para o isolamento, converteu-se em impulso para recuperar a autonomia tecnológica e o prestígio internacional perdidos no “século da humilhação”. Assim, quando Deng Xiaoping assumiu a liderança em 1978, encontrou um país empobrecido, mas com uma estrutura estatal coesa e uma memória de esforço coletivo que serviriam de alicerce para o experimento de reformas que inauguraria a chamada “nova revolução” chinesa (Vogel, 2011; Meisner, 1999).

O ponto de partida: da desordem ao desenho de reformas (1978–1990)

No final da década de 1970, o país encontrava-se imerso em uma crise de exaustão. A Revolução Cultural deixara instituições desorganizadas, com as elites intelectuais dispersas e uma economia marcada por estagnação, escassez generalizada e descrédito no planejamento central. A capacidade de mobilização do Estado, que fora motor do projeto revolucionário, havia se convertido em obstáculo à modernização. Ainda assim, os pilares da revolução — unificação territorial, coesão política e presença estatal capilar — continuavam em pé e não havia espaço para qualquer questionamento do socialismo. Naquele contexto, estava claro para a liderança que emergira após o fracasso da Revolução Cultural que era necessário repensá-lo de modo pragmático, capaz de responder à crise e de cumprir as promessas básicas do socialismo.

As reformas de Deng Xiaoping nasceram da combinação singular de colapso e continuidade, da ousadia e conservadorismo, dos riscos envolvidos na mudança e dos associados à manutenção do status quo. Ao contrário do que se poderia pensar de um sistema baseado no planejamento central, as iniciativas não resultaram de um plano coerente, mas de um processo de experimentação pragmática que o próprio líder sintetizou na metáfora de “cruzar o rio tateando as pedras”. O diagnóstico era claro: o modelo de produção inteiramente organizado pelo Estado havia atingido seus limites. O planejamento integral revelara-se incapaz de gerar incentivos, inovações e ganhos de produtividade; as comunas rurais haviam desestimulado o esforço individual; e o sistema industrial, preso à rigidez das quotas e dos orçamentos brandos, não respondia às necessidades básicas da população. A resposta não foi a ruptura, mas a recomposição: criar espaços de mercado dentro da estrutura socialista, sem abdicar do controle político do Partido.

A agricultura foi o laboratório inicial. No final dos anos 1970, aldeias de Anhui e Sichuan começaram a substituir espontaneamente as comunas pelo sistema de responsabilidade familiar, que devolvia às famílias o controle sobre a produção e os excedentes após o cumprimento das cotas estatais. O sucesso foi imediato. Em poucos anos, a produtividade agrícola disparou, a renda rural aumentou e a segurança alimentar foi restaurada. Essa experiência, posteriormente oficializada, consolidou o princípio central da reforma: a descentralização de decisões e a criação de incentivos, sob supervisão do Estado (Lin, 1992; Naughton, 2007).

O êxito dessa experiência no meio rural abriu caminho para transformações mais amplas. Governos locais, antes simples executores de políticas centrais, passaram a agir como empreendedores, criando empresas municipais e distritais — as Township and Village Enterprises (TVEs) — que se tornaram o motor da industrialização descentralizada dos anos 1980. Essa expansão endógena, apoiada por um sistema fiscal que permitia aos governos subnacionais reterem parte crescente da arrecadação, criou um ambiente de competição interterritorial e aprendizado institucional (Oi, 1992; Qian; Weingast, 1996). Pela primeira vez desde 1949, a iniciativa econômica não emanava exclusivamente do centro político.

A partir desse impulso, multiplicaram-se os mecanismos híbridos que definiriam a transição chinesa: o sistema de preços em duas trilhas, que mantinha os canais planejados ao lado de mercados livres; as Zonas Econômicas Especiais, criadas em Shenzhen, Zhuhai e Xiamen, para atrair capital estrangeiro e testar regimes regulatórios alternativos; e a introdução de critérios de desempenho econômico na avaliação dos quadros partidários, que vinculava promoção política ao sucesso local no crescimento e na arrecadação (Heilmann, 2008; Whiting, 2004). Tudo isso conformava um processo de reforma sem ruptura, que preservava o monopólio político do Partido enquanto descentralizava incentivos e responsabilidades econômicas.

Os resultados foram surpreendentes. Entre 1978 e 1990, o PIB chinês cresceu a taxas superiores a 9% ao ano; a produção agrícola dobrou e a pobreza rural caiu drasticamente. A economia, até então voltada para o abastecimento interno, iniciou uma gradual abertura ao comércio exterior e à atração de investimentos, sobretudo de Hong Kong e Taiwan. Mais importante, a China inaugurava uma nova lógica de governança: em vez de reformas impostas de cima para baixo, um processo de experimentação que combinava direção central com autonomia local — uma “revolução controlada”, sustentada por resultados, não por dogmas (Shirk, 1993; Brandt; Rawski, 2008).

Mas o sucesso inicial trouxe também novas tensões. A descentralização fiscal reforçou disparidades regionais e criou comportamentos de apropriação local de recursos; a coexistência de preços planejados e de mercado favoreceu arbitragens e corrupção; e o rápido crescimento estimulou inflação e desequilíbrios setoriais. A crise de 1988–1989, com inflação descontrolada e protestos urbanos, culminou nos eventos da Praça da Paz Celestial, expondo o limite político da abertura. O Partido reagiu reafirmando seu monopólio e recentralizando o poder, mas sem reverter as reformas econômicas. A mensagem foi clara: a liberalização do mercado seria bem-vinda enquanto permanecesse sob a autoridade do Estado.

Ao término dos anos 1980, a China havia deixado de ser uma economia planejada, mas ainda não era uma economia de mercado. Criara um arranjo próprio — um socialismo pragmático, de natureza experimental, que combinava descentralização controlada e crescimento orientado por resultados. Essa combinação, ao mesmo tempo fonte de dinamismo e de risco, tornou-se o núcleo

daquilo que se convencionou chamar de “nova revolução chinesa”: um processo de transformação contínua em que o Estado, longe de se retrair, redefiniu seu papel, passando de planejador direto a estrategista e árbitro do desenvolvimento (Vogel, 2011; Qian, 2003).

Integração internacional e ascensão industrial (1990–2000)

A repressão política de 1989 abalou o ambiente interno e provocou retração dos investimentos externos. A partir de então, a legitimidade do regime dependeria da capacidade de garantir prosperidade material e estabilidade. O caminho não seria a restauração do controle centralizado, mas o aprofundamento do pragmatismo econômico e da cobrança por resultados pactuados. Essa foi a mensagem da célebre “viagem ao sul” de Deng Xiaoping, em 1992, quando o líder, já afastado das funções formais, reafirmou que o crescimento econômico continuava sendo o critério supremo de sucesso político. A partir desse gesto simbólico, as reformas foram reativadas, e a China entrou em um novo ciclo de expansão, marcado pela integração ao sistema internacional e pela reestruturação do seu aparato produtivo.

A década de 1990 constituiu, assim, uma etapa decisiva de consolidação daquilo que se tornara a lógica interna do desenvolvimento chinês: abertura gradual, experimentação controlada e combinação de mecanismos de mercado com direção estatal. A economia deslocou-se do predomínio das Township and Village Enterprises — que haviam prosperado nos anos 1980 — para um modelo de industrialização orientada à exportação, baseado na atração de investimentos estrangeiros diretos, na incorporação de tecnologias externas e na crescente articulação com as cadeias globais de valor. Regiões como o Delta do Rio das Pérolas e o Delta do Yangtzé transformaram-se em plataformas industriais integradas à economia mundial, apoiadas em infraestrutura portuária e logística moderna, incentivos fiscais e abundância de mão de obra barata. A “fábrica do mundo” tomava forma.

A estratégia de inserção internacional não foi improvisada. Desde o início da década, o governo chinês vinha preparando-se para aderir à Organização Mundial do Comércio (OMC), formalizando sua entrada em 2001. Esse movimento exigiu mudanças profundas: revisão de tarifas, simplificação aduaneira, redução de subsídios, reestruturação de estatais e construção de um sistema legal compatível com as regras multilaterais. A liderança chinesa calculou que os custos de adaptação seriam compensados pelo acesso irrestrito aos grandes mercados consumidores e pelo reconhecimento do país como participante legítimo do comércio global (Lardy, 2002). O ingresso na OMC coroou um processo de mais de uma década de reformas internas e consolidou a transição da China de economia semifechada para potência exportadora plenamente integrada.

A reestruturação das empresas estatais foi outro componente essencial desse período. O lema “grasp the large, let go the small” sintetizou a estratégia de concentrar apoio estatal nas grandes companhias estratégicas — energia, siderurgia, telecomunicações — e permitir que pequenas e médias estatais fossem privatizadas ou fechadas. Entre meados da década de 1990 e o início dos anos 2000, mais de 80 mil empresas estatais de pequeno e médio porte foram alienadas, vendidas ou liquidadas, resultando na dispensa de cerca de 30 milhões de trabalhadores urbanos (Naughton, 2007; Brandt; Rawski, 2008; Branstetter; Lardy, 2008). Essa reconfiguração implicou demissões em massa e tensões sociais, mas elevou a eficiência e o peso das grandes empresas públicas no cenário global. Paralelamente, o setor privado doméstico, antes marginal, ganhou legitimidade e apoio indireto,

compondo com o capital estrangeiro e o Estado um arranjo híbrido que se tornaria marca distintiva do capitalismo chinês (Breslin, 2014).

Esse conjunto de transformações redefiniu o papel do Estado na economia. O planejamento central foi substituído por um sistema de orientação estratégica, em que as políticas industriais, cambiais e comerciais funcionavam como instrumentos de coordenação macroeconômica e de indução setorial. O Estado deixou de produzir diretamente para tornar-se o grande mediador entre capital doméstico, investimento estrangeiro e prioridades nacionais. Mas esse protagonismo estatal também reforçou a assimetria entre direção política e autonomia científica, tensionando o ecossistema de inovação. Essa configuração — por vezes chamada de “capitalismo de Estado desenvolvimentista” — combinava pragmatismo econômico e autoritarismo político, gerando resultados notáveis. Entre 1990 e 2000, o PIB chinês mais do que dobrou, o comércio exterior multiplicou-se por cinco e centenas de milhões de pessoas migraram para áreas urbanas.

Contudo, a própria velocidade da transformação trouxe tensões que prenunciavam os desafios das décadas seguintes. O crescimento concentrado nas regiões costeiras aprofundou as disparidades regionais; o influxo de capital estrangeiro reforçou a dependência tecnológica; e a rápida urbanização elevou os custos ambientais e sociais do desenvolvimento. O país tornava-se próspero e poderoso, mas também mais desigual, poluído e vulnerável às oscilações externas. O regime respondeu a essas contradições reafirmando seu controle político e a primazia do Partido na definição das diretrizes econômicas — um movimento que, embora garantisse estabilidade, também consolidava a natureza autoritária do modelo.

Durante a primeira metade dos anos 1990, essa lógica de reformas graduais consolidou-se como método de governo e moldou a transição para a etapa seguinte. A “nova revolução” chinesa entrava em sua segunda fase. A integração ao mercado mundial e a consolidação de uma base industrial competitiva haviam cumprido a função de gerar riqueza e estabilidade. O desafio seguinte seria transformar essa prosperidade em capacidade tecnológica autônoma — um passo que definiria não apenas o futuro da economia chinesa, mas também seu lugar no sistema internacional.

O contraste com o Brasil, nesse mesmo período, é revelador. Enquanto a China convertia sua integração global em vetor de industrialização e aprendizado tecnológico, o Brasil experimentava uma transição liberalizante que, embora tenha estabilizado a moeda, enfraqueceu parte de sua base industrial e aumentou a dependência das exportações de commodities. A valorização cambial, os juros elevados e a abertura comercial desprotegida reduziram a competitividade da indústria nacional, minando o potencial de inovação e diversificação produtiva. Assim, as duas maiores economias do mundo em desenvolvimento seguiram caminhos opostos: uma usou a globalização como trampolim para o desenvolvimento; a outra, como via de vulnerabilidade estrutural.

Inovação, Ciência e Tecnologia (2000–2020)

A virada do século marcou o início de uma nova fase na trajetória chinesa. Depois de duas décadas de reformas orientadas à liberalização controlada e à integração internacional, o país começou a reorientar o foco de sua estratégia: o objetivo já não era apenas crescer mais rápido, mas crescer de forma diferente. À medida que os ganhos de produtividade derivados da industrialização tardia e da absorção de tecnologia estrangeira se esgotavam, a liderança chinesa reconheceu a necessidade de transitar para um modelo sustentado pela inovação, pela ciência e pela infraestrutura

moderna. Essa inflexão correspondeu a um movimento de longo prazo: a tentativa de transformar a China de potência manufatureira em potência tecnológica — e, com isso, de consolidar sua autonomia econômica e geopolítica.

A adesão à Organização Mundial do Comércio, em 2001, completou o ciclo de integração internacional e abriu espaço para um novo padrão de desenvolvimento. A competição global, antes vista como risco, passou a ser tratada como estímulo. No discurso oficial, o ingresso na OMC foi apresentado como uma oportunidade para “aprender com o mundo”, modernizar instituições e reforçar a competitividade doméstica. Mas, internamente, a liderança já percebia que o modelo exportador estava próximo do limite. O país crescera rapidamente, mas ainda dependia de tecnologia importada, de capital estrangeiro e de uma base produtiva intensiva em trabalho e energia. A questão central passou a ser como elevar a qualidade do crescimento e reduzir a vulnerabilidade externa — em suma, como produzir conhecimento, e não apenas bens.

O Plano de Médio e Longo Prazo para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (2006–2020) formalizou essa ambição. Seu diagnóstico era direto: a China não poderia continuar subordinada às multinacionais em setores estratégicos, sob risco de permanecer presa à chamada “armadilha da renda média tecnológica”.⁴ A estratégia articulou investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento (P&D), políticas industriais direcionadas e o fortalecimento de universidades, centros de pesquisa e empresas estatais em áreas consideradas críticas — semicondutores, energia, biotecnologia, aviação e tecnologias da informação (Naughton, 2007; Brandt; Rawski, 2008). Ao contrário das reformas dos anos 1980, marcadas pela descentralização, o novo ciclo retomou uma lógica de planejamento de longo prazo e coordenação centralizada, mas sem renunciar à experimentação.

A infraestrutura tornou-se peça-chave dessa transição. Os investimentos em transporte, energia, telecomunicações e habitação funcionaram simultaneamente como instrumento de política contracíclica, base material da industrialização avançada e mecanismo de legitimação política. Entre 2000 e 2020, a China construiu mais de 35 mil quilômetros de ferrovias de alta velocidade, centenas de novas cidades médias e uma das maiores redes elétricas e de telecomunicações do mundo (World Bank, 2019). O estímulo maciço de 2008, lançado em resposta à crise financeira global, consolidou a infraestrutura como eixo de sustentação da economia, ao mesmo tempo em que expandiu a capacidade produtiva e a integração territorial. O Estado passou a articular, assim, políticas industriais, científicas e territoriais em um mesmo eixo de modernização — o que alguns autores descrevem como sinergia desenvolvimentista (Evans, 1995; Rodrik, 2004). O investimento estatal, longe de significar atraso, foi reinterpretado como alavanca de modernização tecnológica: infraestrutura, inovação e urbanização formavam, agora, um tripé de desenvolvimento interdependente.

A ênfase em ciência e tecnologia refletiu também uma mudança na natureza do dirigismo chinês. O Estado deixou de ser apenas planejador macroeconômico para tornar-se empreendedor estratégico, atuando na definição de missões tecnológicas e na coordenação de ecossistemas de inovação (Mazzucato, 2013; Kennedy, 2017). Empresas públicas e privadas passaram a ser tratadas como instrumentos complementares da política nacional de desenvolvimento. O Estado direcionava

(4) Ver: Wu, Xu, Ma e Du (2008). O artigo esclarece a armadilha tecnológica dos países de renda média, complementando o conceito de armadilha da renda média.

recursos, definia prioridades e criava mercados, enquanto as empresas — estatais, mistas ou privadas — respondiam com dinamismo e inovação incremental. Esse arranjo gerou conglomerados tecnológicos de alcance global, como Huawei, Alibaba e Tencent, ao mesmo tempo em que manteve o Partido no centro do processo decisório.

Os resultados foram notáveis. O investimento em P&D passou de 0,9% do PIB em 2000 para mais de 2,4% em 2020; a China tornou-se o segundo país em dispêndios absolutos, atrás apenas dos Estados Unidos (OECD, 2021). O número de pesquisadores, patentes e publicações científicas multiplicou-se, e cidades como Shenzhen e Hangzhou transformaram-se em polos mundiais de inovação. A economia digital, que em 2020 respondia por cerca de 40% do PIB, exemplifica a capacidade de criar novos setores e modelos de negócio. Ao mesmo tempo, a escala do mercado interno — com centenas de milhões de consumidores conectados — funcionou como vantagem competitiva, permitindo testar e difundir tecnologias em velocidade sem precedentes. Entretanto, a mesma velocidade e escala que geraram esses avanços expuseram também as limitações do modelo.

Mas esse novo ciclo também produziu contradições profundas. A estratégia de inovação estatal, embora eficaz na mobilização de recursos, gerou sobreposição de programas, desperdício e sobreinvestimento em setores prioritários, com retorno social desigual. A dependência de insumos tecnológicos estrangeiros — especialmente em semicondutores e equipamentos de ponta — revelou a persistência de vulnerabilidades estruturais, que a guerra comercial com os Estados Unidos, iniciada em 2018, tornaria evidentes (Kennedy, 2019; Allison, 2017). A rápida expansão da infraestrutura e do crédito criou riscos de endividamento local e de sobrecapacidade produtiva. E, talvez o mais relevante, a concentração do poder decisório no Estado-Partido colocou limites à autonomia científica e ao florescimento de uma cultura de inovação mais aberta e criativa, alinhado os esforços da pesquisa científica e tecnológica diretamente aos objetivos estratégicos definidos nos planos de desenvolvimento.

O contraste com o Brasil é novamente instrutivo. Enquanto a China utilizava a globalização para financiar e difundir um projeto de modernização tecnológica, o Brasil aproveitava o ciclo de commodities dos anos 2000 para expandir o consumo e reduzir a pobreza, mas sem alterar sua estrutura produtiva. A ausência de uma política de longo prazo em ciência, tecnologia e infraestrutura impediu que o país transformasse o crescimento em capacidade produtiva sustentada. A China, ao contrário, articulou investimento público, planejamento estratégico e coordenação estatal para criar novas fronteiras de competitividade, ainda que à custa de novas tensões e desequilíbrios.

Em suma, o período 2000–2020 consolidou a transição do desenvolvimento extensivo — baseado em recursos e trabalho — para um modelo intensivo em conhecimento e infraestrutura. Ciência e tecnologia tornaram-se os motores centrais da acumulação, e a infraestrutura, sua espinha dorsal. Essa combinação redefiniu o papel do Estado e projetou a China para o centro da economia global, mas também ampliou os dilemas de governança, sustentabilidade e dependência tecnológica que moldam os desafios atuais da “nova revolução” chinesa.

Balanco da trajetória recente: entre sucessos e desafios

Quarenta anos após o início das reformas, a China transformou-se de uma economia essencialmente agrária e isolada em uma potência industrial e tecnológica integrada ao centro do capitalismo global. Nenhum outro país, em tempos modernos, experimentou uma mudança de escala

e velocidade comparável. Entre 1978 e 2020, o PIB chinês cresceu a uma taxa média anual superior a 9%, a renda per capita multiplicou-se por mais de vinte vezes, e o país retirou cerca de 800 milhões de pessoas da pobreza. A urbanização e a industrialização em massa criaram a maior classe média do planeta e reconfiguraram a economia mundial (World Bank, 2019).

Esses resultados, no entanto, escondem desequilíbrios estruturais e contradições profundas. O modelo de desenvolvimento que emergiu das reformas combinou controle político centralizado, descentralização econômica e altíssimas taxas de investimento — uma equação que se mostrou extremamente eficaz para gerar crescimento rápido, mas também para acumular vulnerabilidades. A economia chinesa é hoje simultaneamente um sucesso histórico e um sistema em desequilíbrio permanente, que depende de estímulos contínuos e de uma coordenação política cada vez mais complexa.

O crescimento chinês sustentou-se, por décadas, em um nível de investimento que ultrapassa 40% do PIB, com forte participação do Estado e do crédito público. Essa estratégia permitiu a rápida acumulação de capital físico — fábricas, moradias, infraestrutura — e sustentou a modernização urbana. Mas, à medida que a base produtiva amadureceu, os retornos do investimento começaram a declinar. Desde meados da década de 2010, observa-se uma desaceleração persistente da produtividade total dos fatores, sinal de que o crescimento extensivo chegou ao limite (Naughton, 2021). O modelo, antes celebrado por sua eficiência, passou a depender de novos ciclos de endividamento e estímulo para manter o dinamismo.

O endividamento dos governos locais é o sintoma mais visível desse esgotamento. Para cumprir metas de crescimento e financiar obras, prefeituras e províncias recorreram à criação de veículos de financiamento — as Local Government Financing Vehicles (LGFVs) —, que emitiram títulos e assumiram empréstimos fora do orçamento oficial. Esse sistema paralelo tornou-se um dos pilares do investimento em infraestrutura, mas também uma fonte de riscos fiscais e opacidade contábil. Estima-se que, somadas, as dívidas dos governos locais e de suas empresas cheguem a mais de 70% do PIB, comprometendo receitas futuras e reduzindo a capacidade de estímulo do Estado (Zhang; Chen, 2019).

O segundo pilar do modelo — o setor imobiliário — entrou em crise. Durante duas décadas, a construção civil e a valorização dos imóveis funcionaram como motor do crescimento, absorvendo mão de obra e gerando receitas para governos locais. A propriedade tornou-se o principal ativo das famílias chinesas, representando mais de 60% de sua riqueza total. O sistema, porém, apoiava-se em uma dinâmica especulativa: terrenos eram vendidos antecipadamente para financiar orçamentos públicos, e os imóveis, adquiridos antes de prontos, serviam mais como reserva de valor do que como moradia. O colapso de grandes incorporadoras, como a Evergrande e a Country Garden, revelou a fragilidade dessa engrenagem. Hoje, o país acumula uma sobreoferta de cerca de 60 milhões de apartamentos vazios — suficientes para abrigar toda a população da França —, enquanto o preço da habitação nas principais cidades permanece inacessível para a maioria dos jovens. Essa contradição — excesso de oferta e escassez de moradia acessível — expressa com nitidez os limites do modelo de urbanização e crescimento baseado no investimento imobiliário.

Essa interdependência entre finanças públicas, setor imobiliário e poupança das famílias cria uma vulnerabilidade de natureza sistêmica. O Estado chinês financia grande parte do investimento e da expansão urbana por meio da captação indireta de recursos da própria população, canalizados por

bancos estatais, fundos de investimento e instrumentos de previdência compulsória. A moradia, transformada em ativo financeiro e principal destino da poupança doméstica, tornou-se o elo que une a estabilidade fiscal à segurança das famílias. Essa engrenagem manteve-se funcional enquanto os preços dos imóveis subiam e os governos locais podiam refinar suas dívidas com novas vendas de terrenos. Mas, com a desaceleração e a queda dos preços, o risco de ruptura aumenta: uma crise financeira ou imobiliária afetaria não apenas os balanços das empresas e governos, mas também o patrimônio e a confiança da classe média urbana. Em um país onde a poupança privada representa mais de 45% da renda das famílias e está fortemente concentrada em imóveis e depósitos bancários, um colapso do sistema teria efeitos potencialmente destrutivos de difícil contenção — econômicos, sociais e, potencialmente, políticos.

Essas distorções econômicas estão diretamente ligadas à nova crise social que se desenha. A China que erradicou a pobreza extrema enfrenta, agora, desemprego elevado e precarização. A desaceleração da construção e da indústria exportadora reduziu a absorção de mão de obra, e o setor de serviços ainda não foi capaz de compensar essa perda. O desemprego entre jovens urbanos atingiu níveis inéditos — ultrapassando 20% em 2023, segundo o Escritório Nacional de Estatísticas —, refletindo um descompasso entre o sistema educacional e o mercado de trabalho. Milhões de graduados se formam anualmente em universidades ampliadas nas últimas décadas, mas encontram um mercado que oferece empregos de baixa qualificação e salários estagnados. Trata-se de uma inversão simbólica: o país que, por décadas, se apoiou em seu “exército industrial de reserva” agora enfrenta uma geração educada, urbana e desiludida, para a qual o progresso econômico deixou de ser promessa tangível.

O envelhecimento demográfico aprofunda o impasse. A população em idade ativa começou a cair em 2015, e a proporção de idosos deve dobrar até 2040. A política do filho único, mantida por mais de três décadas, reduziu a taxa de fecundidade para níveis inferiores aos da Europa. A consequência é um sistema previdenciário sob pressão e um mercado de trabalho que encolhe antes que o país alcance o nível de renda das economias desenvolvidas (Cai, 2018). A escassez de trabalhadores, combinada ao aumento do custo do trabalho, compromete a competitividade das exportações e obriga as empresas a buscar produtividade via automação e digitalização.

Essas mudanças expõem outra vulnerabilidade: a fragilidade da proteção social. O sistema de seguridade, fragmentado e desigual, ainda reflete as divisões do modelo dual urbano-rural. Trabalhadores migrantes permanecem fora dos esquemas plenos de aposentadoria e assistência médica, enquanto o acesso à educação e à saúde continua dependente do local de registro (hukou). O contraste entre a sofisticação tecnológica do país e a precariedade de suas políticas sociais revela a natureza assimétrica da modernização chinesa: o avanço econômico superou amplamente o avanço institucional e do bem-estar (World Bank, 2019).

A fragilidade da proteção social chinesa é ainda mais paradoxal se considerada à luz da autodefinição do país como “socialista”. O imaginário externo tende a associar o regime à universalização de direitos sociais, mas o que existe na prática é um sistema segmentado e incompleto. As reformas das últimas décadas desarticularam as antigas redes de solidariedade baseadas na família, na aldeia e nas unidades de trabalho (danwei), sem que o Estado as tivesse substituído por mecanismos equivalentes. A urbanização acelerada deslocou centenas de milhões de pessoas de suas comunidades de origem, dissolvendo estruturas tradicionais de apoio e deixando

lacunas de proteção. A política do filho único, ao reduzir drasticamente o tamanho das famílias, minou o papel do cuidado intergeracional — o idoso sem filhos ou com um único descendente, muitas vezes migrante, tornou-se símbolo de vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, a nova economia urbana informalizou amplos segmentos do trabalho, limitando o acesso à seguridade e ao seguro-desemprego. A combinação desses fatores explica a persistência de uma poupança doméstica elevada: na ausência de um sistema robusto de bem-estar, as famílias chinesas são forçadas a poupar por precaução — para a aposentadoria, a educação dos filhos e o pagamento de serviços de saúde que permanecem caros e desiguais. Em outras palavras, o alto nível de poupança que sustentou o investimento e o crescimento é também sintoma de insegurança social.

O elevado nível de poupança na China restringe a propensão marginal a consumir das famílias, o que, à primeira vista, parece contraditório em um regime socialista. No entanto, essa dinâmica decorre de uma opção deliberada de política econômica. A orientação dos Planos Quinquenais privilegia o estímulo sistemático à produção e ao investimento em setores considerados estratégicos, o que reforça uma lógica de acumulação e expansão da capacidade produtiva. Nesse contexto, a ampliação da taxa de crescimento global encontra um limite interno na própria estrutura de demanda: a elevada poupança, ao conter o consumo, atua como um freio à realização plena do produto.⁵

No plano ambiental, as contradições são igualmente agudas. A China é, há mais de uma década, o maior emissor mundial de gases de efeito estufa, responsável por cerca de 30% das emissões globais. O país depende do carvão para mais da metade de sua matriz energética e continua ampliando a capacidade instalada de termelétricas. Ao mesmo tempo, lidera o mundo em energias renováveis e em tecnologias verdes, como painéis solares, baterias e veículos elétricos (Zhang et al., 2017). Essa dualidade ilustra um dilema estrutural: o mesmo modelo de crescimento que permitiu à China tornar-se líder em inovação ambiental é o que perpetua padrões de produção intensivos em carbono. O desafio de compatibilizar crescimento, emprego e transição energética é talvez o mais complexo que o país enfrenta.

A dimensão externa do balanço é igualmente ambígua. A integração internacional foi o maior motor do sucesso chinês, mas hoje se converte em fonte de restrições. A guerra comercial com os Estados Unidos, as sanções sobre semicondutores e as medidas de contenção tecnológica demonstram a vulnerabilidade da China a decisões externas. O país depende de mercados desenvolvidos para exportar manufaturas e de tecnologia estrangeira para sustentar sua industrialização avançada. A política de “dupla circulação”, lançada em 2020, buscava reduzir essa dependência, fortalecendo o mercado interno e promovendo autonomia tecnológica. No entanto, a transição para um crescimento orientado ao consumo é lenta, limitada por desigualdade de renda, incerteza social e fragilidade dos mecanismos de redistribuição (Kennedy, 2019).

(5) Essa tensão entre expansão produtiva e consumo restrito não é estranha à crítica clássica da economia política. Como observou Karl Marx, em *O Capital*, ao analisar as crises do capitalismo: “a causa última de todas as crises reais permanece sempre a pobreza e o consumo restrito das massas frente à tendência da produção capitalista de desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite.” (Marx, s.d.). Essa passagem encontra-se no Livro III, redigido por Marx e editado por Engels, no contexto da análise das crises e contradições internas do capital. Ela não sustenta uma teoria “subconsumista” simples, mas identifica o consumo restrito das massas como o limite último de realização, articulado a outras contradições estruturais (lucro, acumulação, crédito).

O balanço, portanto, é de crescimento sem equivalência em bem-estar e estabilidade. O modelo que durante décadas gerou prosperidade hoje produz desigualdade, insegurança e potencial vulnerabilidade. A sociedade chinesa vive uma contradição peculiar: é materialmente rica e institucionalmente complexa, atravessada por tensões estruturais resultantes de uma arquitetura estatal altamente coordenada e centralizada, e mecanismos ainda limitados de mediação social e redistribuição do consumo. O Partido Comunista consolidou um aparato estatal poderoso, mas sua legitimidade — baseada na promessa de progresso contínuo — é desafiada por uma economia em desaceleração e por um tecido social cada vez mais tensionado. A recentralização do poder sob Xi Jinping expressa tanto a confiança no controle político quanto a insegurança diante de um sistema que perdeu parte de sua capacidade de entrega (Economy, 2018).

Em última instância, a “nova revolução chinesa” cumpriu o que prometeu: modernizar a economia, restituir a soberania e recolocar a China no centro do mundo. Mas o preço foi o crescimento acelerado que concentrou desigualdades, esgotou o meio ambiente, distorceu o sistema produtivo e deixou passivos fiscais e sociais de grande escala. O país alcançou a prosperidade material, mas enfrenta desafios que nenhuma de suas revoluções anteriores conseguiu resolver: como sustentar o desenvolvimento sem sacrificar a estabilidade social, a coesão política e o próprio futuro ambiental.

Desafios contemporâneos

Os desafios não são transitórios, mas estruturais, não se reduzem aos desequilíbrios econômicos ou sociais acumulados ao longo de quatro décadas de crescimento acelerado. Eles tocam o núcleo do seu modelo de desenvolvimento e a própria natureza do pacto político que o sustenta. A questão central já não é apenas como continuar crescendo, mas como redefinir as bases de um sistema que se construiu sobre a promessa de progresso contínuo e sobre uma sociedade que, pela primeira vez, tem muito a perder.

O dilema da transição interna: prosperidade, estabilidade e resistência às reformas

A primeira dimensão do desafio é interna e diz respeito à capacidade de realizar uma nova transição estrutural sem desorganizar o equilíbrio político e social. A “nova revolução” que começou em 1978 teve o apoio de uma população pobre, que via nas reformas uma promessa de libertação material. Hoje, o cenário é inverso: a China é uma sociedade majoritariamente urbana, com uma ampla classe média que acumula patrimônio, expectativas e medo da instabilidade. Reformar, neste contexto, é muito mais difícil do que reformar em meio à escassez. A liderança enfrenta o paradoxo de precisar mudar o modelo de crescimento — reduzir o peso do investimento, conter o endividamento e ampliar o consumo —, mas sem provocar perdas que afetem segmentos que se tornaram base de sustentação do regime.

A transição para um crescimento mais equilibrado implica redistribuir custos e benefícios. Limitar o crédito, corrigir o excesso de capacidade produtiva ou reduzir o papel do setor imobiliário significa afetar diretamente governos locais, grandes conglomerados e milhões de famílias cujas poupanças estão atreladas ao valor dos imóveis. Do mesmo modo, ampliar a rede de proteção social e estimular o consumo exigiria transferências fiscais que reduziriam a capacidade de investimento do Estado e alterariam o contrato implícito entre governo e cidadãos. O que no passado foi um Estado mobilizador de sacrifícios coletivos tornou-se, hoje, um Estado que administra expectativas de

conforto e segurança. O desafio, portanto, é político: como reformar sem corroer a base social da estabilidade?

O dilema da legitimidade política e da inovação institucional

O segundo desafio é de natureza institucional. O Partido Comunista Chinês construiu sua legitimidade sobre a combinação de nacionalismo, estabilidade e desempenho econômico. Esse tripé funcionou enquanto o crescimento foi rápido e a sociedade aceitava o autoritarismo em troca de prosperidade. Mas a desaceleração e o aumento das desigualdades colocam em xeque essa fórmula. O endurecimento sob Xi Jinping — com a recentralização do poder e o fortalecimento do controle sobre universidades, empresas e meios de comunicação — reflete uma tentativa de reafirmar autoridade diante das incertezas críticas dos cenários futuros.

A inovação — agora reconhecida como motor central do desenvolvimento — requer autonomia, diversidade de ideias e tolerância ao erro, características que colidem com a cultura política hierárquica e disciplinar do regime. O dilema é claro: quanto mais a China tenta controlar os fluxos de informação e pensamento, menos propícia se torna sua ambição de liderança tecnológica. A questão da legitimidade, portanto, desloca-se: não se trata apenas de garantir crescimento, mas de convencer uma sociedade cada vez mais complexa e informada de que o Estado-partido pode liderar um novo ciclo de prosperidade sem abrir mão do controle político.

O dilema da inserção internacional: potência global em um mundo reativo

A terceira dimensão é externa e reflete as tensões de uma ascensão que transformou o equilíbrio global. A integração internacional, que foi o motor do sucesso chinês, tornou-se também o campo de suas vulnerabilidades. A China de hoje já não é a economia complementar de baixo custo dos anos 1990, mas uma potência industrial e tecnológica capaz de competir diretamente com os países centrais em setores de ponta — veículos elétricos, telecomunicações, inteligência artificial. Essa mudança qualitativa redefine as relações econômicas internacionais: o que antes era visto como oportunidade, hoje é percebido como ameaça.

O país enfrenta uma reação crescente de seus parceiros comerciais. Os Estados Unidos e a União Europeia adotam políticas industriais defensivas e barreiras para conter a expansão das exportações chinesas em setores estratégicos. Países em desenvolvimento, por sua vez, enfrentam dilemas semelhantes: beneficiam-se do investimento e das importações de produtos baratos, mas veem suas indústrias locais sufocadas pela concorrência. A “inserção agressiva” da China — sua busca por mercados e matérias-primas — gera, portanto, tensões estruturais. O desafio é como manter a abertura que sustentou seu crescimento sem provocar antagonismos capazes de comprometer o ambiente internacional que o viabilizou.

Ao mesmo tempo, a tentativa de reduzir dependências tecnológicas por meio da estratégia de “dupla circulação” revela uma ambição de autonomia que se choca com a realidade de uma economia profundamente globalizada. A China precisa do mundo tanto quanto o mundo precisa da China, mas essa interdependência tornou-se geopoliticamente dependente. No limite, o país corre o risco de ver o mesmo processo de globalização que o impulsionou converter-se em mecanismo de contenção — um paradoxo que exige diplomacia sofisticada, flexibilidade estratégica e um grau de confiança internacional que a atual assertividade geopolítica tende a minar.

O desafio demográfico e a fragilidade da proteção social

Um dos maiores paradoxos da experiência chinesa é que o país que sustentou por décadas o crescimento mais rápido do mundo enfrenta agora uma transição demográfica acelerada e um sistema de proteção social ainda incipiente. O envelhecimento populacional, combinado à queda vertiginosa da fecundidade, projeta uma relação de dependência crescente: menos trabalhadores ativos para sustentar uma população idosa em expansão. Ao contrário de outras economias que, ao envelhecer, compensaram sua perda de dinamismo com fluxos migratórios — Estados Unidos, Alemanha, Japão em menor grau —, a China mantém um rígido controle sobre o movimento populacional, tanto de estrangeiros quanto entre províncias, o que limita sua flexibilidade demográfica. A política de *hukou*, mesmo após ajustes, continua a restringir a mobilidade e perpetua um sistema de cidadania desigual.

A combinação de envelhecimento, baixo crescimento populacional e fragilidade previdenciária cria um risco social de longo prazo. O sistema de aposentadorias e saúde, fragmentado e subfinanciado, cobre apenas parcialmente a população urbana e muito menos a rural. O colapso das antigas *danwei* — unidades de trabalho que ofereciam emprego, moradia e seguridade — e a dissolução das redes familiares e comunitárias deixaram milhões de idosos sem apoio adequado. A política do filho único produziu uma geração de casais responsáveis por quatro idosos, o que ameaça sobrecarregar o orçamento das famílias e do Estado. O desafio, portanto, é duplo: reconstruir uma rede de proteção social que substitua os laços tradicionais desfeitos pela modernização e redefinir o pacto intergeracional em uma sociedade que envelhece, mesmo que tenha enriquecido.

O desafio da segurança alimentar e dos recursos estratégicos

Outro ponto crucial, frequentemente negligenciado nas análises, é a segurança alimentar. Desde os tempos maoístas, garantir o abastecimento da população foi um dos fundamentos da legitimidade política do regime. Embora o país tenha alcançado autossuficiência em grãos na maior parte das últimas décadas, o equilíbrio tornou-se mais frágil. A China abriga quase um quinto da população mundial, mas dispõe de menos de 7% das terras aráveis e enfrenta escassez crônica de água em várias regiões (Brown, 2013). O avanço da urbanização, a degradação ambiental e a competição por uso do solo reduzem a área disponível para a agricultura. Ao mesmo tempo, a mudança nos padrões de consumo — com aumento da demanda por proteína animal e alimentos industrializados — ampliou a dependência de importações de soja, milho, carne e fertilizantes, tornando o país vulnerável às flutuações de preços e às tensões comerciais.

Essa vulnerabilidade adquire dimensão estratégica em um contexto de rivalidade com os Estados Unidos e de instabilidade das cadeias globais. A segurança alimentar deixou de ser apenas um problema agrícola para se tornar uma questão de soberania nacional. O governo responde com políticas de diversificação de fornecedores, investimentos em terras no exterior e inovação tecnológica no campo, mas enfrenta limites ecológicos e geopolíticos evidentes. A busca por autossuficiência alimentar convive com a necessidade de importações maciças e com a crescente pressão sobre recursos naturais escassos. Em última instância, o desafio alimentar é o espelho da condição chinesa: um país cuja escala continental multiplica suas conquistas, mas também amplifica suas vulnerabilidades.

Um impasse de natureza histórica

Em conjunto, esses dilemas configuram um impasse histórico. A China é simultaneamente herdeira e prisioneira do sucesso de sua própria revolução. O modelo que a tirou da pobreza e a projetou como potência global produziu uma sociedade com novos interesses, novos medos e novas demandas. Reformar o sistema implica, inevitavelmente, confrontar parte da coalizão que o sustenta; manter tudo como está significa aceitar a relativa estagnação. No plano externo, a expansão que lhe garantiu prosperidade ameaça agora o equilíbrio geopolítico que a favoreceu. E, no plano interno, a promessa de prosperidade universal colide com as contradições de uma modernização incompleta, que gerou riqueza sem cidadania plena.

O futuro da “nova revolução” chinesa dependerá, portanto, da capacidade de o país reinventar seu pacto interno e redefinir sua inserção internacional. A questão não é apenas econômica, mas civilizatória: como uma sociedade que se reconstruiu sobre a disciplina e o pragmatismo do Estado poderá enfrentar uma era de incerteza global que exige flexibilidade, inovação e abertura? A resposta a esse dilema determinará se a experiência chinesa permanecerá como exceção histórica — um milagre de crescimento sob autoritarismo — ou se conseguirá se converter em um novo paradigma de desenvolvimento sustentável e socialmente equilibrado.

À guisa de conclusão: China e Brasil, dilemas de dois caminhos

A experiência chinesa das últimas quatro décadas é, sem dúvida, uma das transformações econômicas e sociais mais impressionantes da história moderna. Nenhum outro país modificou tão rapidamente sua base produtiva, sua estrutura urbana e sua inserção internacional. Mas o alcance e a velocidade dessa mudança trouxeram um paradoxo: ao alcançar um nível inédito de prosperidade material, a China passou a enfrentar problemas típicos de economias maduras — envelhecimento, endividamento, desigualdade — sem dispor das instituições e da flexibilidade política das sociedades desenvolvidas. O resultado é um sistema que se tornou refém do próprio sucesso: uma potência moderna ancorada em estruturas políticas e sociais ainda rígidas.

Nesse ponto, a comparação com o Brasil é reveladora. Os dois países compartilham a condição de grandes economias de renda média, de dimensões continentais e com trajetórias históricas marcadas pela busca de modernização e autonomia. Mas chegaram a encruzilhadas distintas. Enquanto a China construiu um Estado forte e capaz de conduzir a industrialização e a inovação, o Brasil consolidou um Estado democrático e um sistema de proteção social robusto, incomparável entre as nações em desenvolvimento. O primeiro logrou elevar a produtividade e reduzir a pobreza pela via da expansão econômica; o segundo o fez, sobretudo, pela via da inclusão institucional e da redistribuição.

Se o desafio chinês é reformar um modelo que envelheceu antes de amadurecer politicamente, o desafio brasileiro é revitalizar um projeto de desenvolvimento que amadureceu politicamente antes de consolidar sua base econômica. A China dispõe de infraestrutura moderna, mas de uma sociedade tensionada e envelhecida; o Brasil, ao contrário, tem uma sociedade jovem e um mercado interno subutilizado, mas infraestrutura precária e baixa capacidade de investimento. Essa assimetria define os dilemas de cada um. Para a China, o futuro depende de sua capacidade de reequilibrar o crescimento com coesão social; para o Brasil, de sua capacidade de transformar carências em oportunidades, desigualdade em mercado e atraso em fronteira de investimento.

Há, contudo, um ponto de convergência fundamental. Ambos os países se veem diante da necessidade de redefinir o papel do Estado em economias complexas. A China precisa transformar seu Estado desenvolvimentista, baseado no comando e no planejamento, em um Estado capaz de regular, proteger e inovar sem restringir iniciativas. O Brasil, por sua vez, precisa reconstruir um Estado que perdeu a capacidade de planejar, coordenar e investir. Em ambos os casos, trata-se de repensar o equilíbrio entre eficiência e inclusão, entre política e mercado, entre Estado e sociedade.

Nesse sentido, o contraste entre os dois revela uma ironia histórica. O país que mais cresceu no capitalismo contemporâneo enfrenta agora os limites de uma modernização sem democracia e de uma prosperidade sem segurança social; o país que menos cresceu entre as grandes economias mantém, apesar de tudo, uma democracia funcional e um sistema de direitos que podem servir de alicerce para um novo ciclo de desenvolvimento. O Brasil precisa aprender a organizar produtividade e a China a redistribuir poder. Ambos, a conciliar crescimento com legitimidade e sustentabilidade.

Talvez o principal ensinamento que a China oferece ao Brasil não esteja em suas políticas industriais ou em sua disciplina estatal, mas em sua capacidade de formular um projeto nacional de longo prazo. E talvez a principal advertência que o Brasil oferece à China seja a de que não há desenvolvimento duradouro sem políticas sociais universais. A história recente mostra que não basta crescer: é preciso construir, ao mesmo tempo, prosperidade e sentido coletivo. O século XXI, mais do que testar quem crescerá mais rápido, testará quem será capaz de sustentar o desenvolvimento em sociedades cada vez mais complexas e desiguais.

Brasil: as oportunidades e os limites de um novo ciclo

A posição atual do Brasil, embora marcada por baixo crescimento e estagnação produtiva, encerra um conjunto de oportunidades que, vistas à luz da experiência chinesa, ganham novo significado. O país combina condições raras: abundância de recursos naturais, matriz energética limpa, base industrial ainda significativa, sistema financeiro sofisticado e uma das maiores populações urbanas do mundo. Ao contrário da China, cuja expansão se apoiou em um processo de exaustão social e ambiental, o Brasil ainda dispõe de grandes fronteiras de investimento e inclusão.

O déficit de infraestrutura — que, durante décadas, representou um obstáculo ao crescimento — pode hoje converter-se em vetor de dinamismo econômico. Investimentos em transporte, saneamento, energia e conectividade têm potencial para mobilizar capital público e privado, gerar emprego e aumentar a produtividade sistêmica. O aprendizado chinês é claro: a infraestrutura não é apenas base física do desenvolvimento, mas instrumento de integração territorial e inclusão social. Se o Brasil conseguir articular um projeto nacional que combine investimento em infraestrutura com inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental, poderá transformar atraso em vantagem estratégica.

Outro campo de oportunidade é o mercado interno. A desigualdade e o baixo nível de renda dos brasileiros representam, paradoxalmente, um enorme espaço de expansão da demanda. A redução da pobreza e o aumento da renda média não são apenas metas sociais — são condições para a consolidação de um mercado de consumo capaz de sustentar a produção nacional e reduzir a dependência de choques externos. O fortalecimento do mercado interno, articulado a políticas industriais e de inovação, poderia reproduzir no Brasil, com suas especificidades, a lógica virtuosa

que impulsionou o crescimento chinês nas décadas passadas — mas sob um marco democrático e socialmente inclusivo.

Essas oportunidades, contudo, esbarram em obstáculos estruturais. A fragmentação do sistema político, a instabilidade regulatória, as restrições fiscais e a baixa capacidade de coordenação entre União, estados e municípios dificultam a execução de projetos de longo prazo. O país dispõe de poupança pública limitada e depende de um sistema tributário regressivo que penaliza o investimento e o consumo produtivo. A agenda de infraestrutura enfrenta, ainda, desafios de governança e planejamento: falta continuidade entre governos, e as políticas frequentemente oscilam entre estatismo ineficiente e privatização descoordenada.

O maior desafio, talvez, seja reconstruir uma ideia contemporânea de projeto nacional, distinta tanto do desenvolvimentismo nostálgico quanto do *laissez-faire*. O desafio, ao mesmo tempo difícil e complexo, requer uma visão de futuro e uma mudança do “mindset”. Não se trata de restaurar um Estado-produtor verticalizado, típico do ciclo 1950–1980, nem de negar as reformas que buscaram corrigir ineficiências crônicas, mas de fortalecer capacidade estatal para coordenar, regular, orientar e reduzir o risco de investimentos privados em missões públicas (infraestrutura, transição energética, adensamento tecnológico) com governança, avaliação e competição. Ao projetar os desafios do futuro, tendências fortes e incertezas críticas, é preciso construir uma governança antecipatória⁶ orientada por cenários desejáveis. A experiência chinesa recente tampouco autoriza a fantasia de um comando central onipotente: seu avanço combinou direção estratégica com experimentação descentralizada, disciplina fiscal-regulatória e aprendizado local. De modo semelhante, a leitura do “Estado empreendedor”⁷ não é uma licença para reestatizações generalizadas ou para a captura de políticas por corporações: é uma agenda de missões com métricas, parcerias público-privadas com alocação explícita de riscos, prazos de saída para o Estado e marcos que preservem concorrência e *accountability*. Em suma, um projeto nacional atualizado supõe capacidade de coordenação, de seleção de prioridades e de construção de consensos, não o retorno a um Estado empresário; supõe reformas microinstitucionais que reduzam o custo Brasil e aumentem previsibilidade, não a desqualificação automática de reformas sob o rótulo de “neoliberalismo”.

O contraste entre as duas experiências sugere, portanto, uma inversão promissora: a China precisa aprender a incluir; o Brasil, a crescer. O primeiro enfrenta o risco de baixo crescimento sob centralização excessiva; o segundo, o risco de paralisia sob dispersão institucional e incerteza política. Em ambos, a superação das limitações depende da capacidade de coordenação e da construção de consensos amplos. Mas, diferentemente da China, o Brasil pode fazê-lo dentro de uma ordem democrática consolidada — o que, longe de ser obstáculo, é sua maior vantagem.

(6) Ver: Tönurist and Hanson (2020).

(7) A noção de “Estado empreendedor” (Mazzucato, 2013) descreve arranjos *mission-oriented* em que o Estado cria mercados, coordena atores e assume riscos iniciais com contrapartidas e governança; não equivale a Estado-produtor permanente, crédito subsidiado sem métricas, proteção setorial indefinida ou substituição da concorrência por campeões nacionais protegidos. No contexto brasileiro, sua apropriação tem servido, por vezes, como retórica anti-reforma; tal uso contraria a própria ênfase da autora em disciplinar instrumentos, avaliar resultados e encerrar apoios quando as missões amadurecem.

References

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *The role of institutions in growth and development*. Washington, DC: World Bank, 2008. v. 10.
- BANISTER, J.; BLOOM, D.; ROSENBERG, L. *Population aging and economic growth in China*. Harvard University, 2010. (PGDA Working Paper).
- BRAMALL, C. *Chinese Economic Development*. Routledge, 2008.
- BRANDT, L.; RAWSKI, T. G. (Ed.). *China's great economic transformation*. Cambridge University Press, 2008.
- BRANSTETTER, L.; LARDY, N. China's embrace of globalization. NBER, 2008. (Working Paper).
- BRESLIN, S. *China and the global political economy*. Palgrave Macmillan, 2014.
- BROWN, L. *Full planet, empty plates: the new geopolitics of food scarcity*. W. W. Norton, 2013.
- CAI, F. *China's new demographic reality: the impact on growth and policy options*. Brookings Institution, 2018.
- CALLAHAN, W. A. Contending visions of the Chinese world order: Tianxia, culture, and world politics. *International Studies Review*, v. 6, n. 4, 568-574, 2004.
- CHAN, K. W. The household registration system and migrant labor in China: Notes on a debate. *Population and Development Review*, v. 36, n. 2, p. 357-364, 2010.
- DIKÖTTER, F. *Mao's great famine: the history of China's most devastating catastrophe, 1958-1962*. Walker & Co., 2010.
- ECONOMY, E. *The Third Revolution: Xi Jinping and the New Chinese State*. Oxford University Press, 2018.
- EDIN, M. State capacity and local agent control in China. *The China Quarterly*, 173, p. 35-52, 2003.
- EISENSTADT, S. N. Multiple modernities. *Daedalus*, v. 129, n. 1, p. 1-29, 2000.
- ELMAN, B. *Civil examinations and meritocracy in Late Imperial China*. Harvard University Press, 2013.
- ESHERICK, J. W. *Ancestral leaves: a family journey through Chinese history*. University of California Press, 2011.
- EVANS, P. *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton University Press, 1995.
- FAIRBANK, J. K. *China: a new history*. Harvard University Press, 1992.
- FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. *China: a new history*. 2. ed. Harvard University Press, 2006.
- GRIES, P. H. *China's new nationalism: pride, politics, and diplomacy*. University of California Press, 2004.
- HEILMANN, S. From local experiments to national policy: the origins of China's distinctive policy process. *The China Journal*, 59, p. 1-30, 2008.

- HEVIA, J. L. *English lessons: the pedagogy of imperialism in nineteenth-century China*. Duke University Press, 2003.
- HUANG, Y. *Capitalism with Chinese characteristics*. Cambridge University Press, 2012.
- KENNEDY, S. *The fat tech dragon: benchmarking China's innovation drive*. CSIS, 2017.
- KENNEDY, S. *Made in China 2025 and the future of Chinese industry*. CSIS, 2019.
- LARDY, N. *Integrating China into the global economy*. Brookings Institution Press, 2002.
- LAU, L.; QIAN, Y.; ROLAND, G. Reform without losers: an interpretation of China's dual-track approach. *Journal of Political Economy*, v. 108, n. 1, p. 120-143, 2000.
- LI, S.; SICULAR, T. The distribution of household income in China: inequality, poverty and policies. *The China Quarterly*, 217, p. 1-41, 2014.
- LIEBERTHAL, K. *Governing China: from revolution through reform*. W. W. Norton, 1995.
- LIN, J. Y. Rural reforms and agricultural growth in China. *American Economic Review*, v. 82, n. 1, p. 34-51, 1992.
- MACFARQUHAR, R.; SCHOENHALS, M. *Mao's last revolution*. Belknap Press of Harvard University Press, 2006.
- MARX, K. *O Capital*, Livro III, seção III, capítulo 30 (MEW, Bd. 25, p. 501; edição inglesa: *Capital*, Vol. III, Penguin/New Left Review, cap. 30).
- MAZZUCATO, M. *The entrepreneurial state: debunking public vs. private sector myths*. Anthem Press, 2013.
- MEISNER, M. *Mao's China and after: a history of the people's republic*. Free Press, 1999.
- NAUGHTON, B. *The Chinese economy: transitions and growth*. MIT Press, 2007.
- NAUGHTON, B. *The rise of China's industrial policy, 1978-2020*. Stanford University Press, 2021.
- OECD. *Main science and technology indicators*. OECD Publishing, 2021.
- OI, J. C. Fiscal reform and the economic foundations of local state corporatism in China. *World Politics*, v. 45, n. 1, p. 99-126, 1992.
- PERKINS, D. *East Asian development: foundations and strategies*. Harvard University Press, 2013.
- QIAN, Y. How reform worked in China. In: RODRIK, D. (Ed.). *In search of prosperity*. Princeton University Press, 2003.
- QIAN, Y.; WEINGAST, B. China's transition to markets: market-preserving federalism. *Journal of Economic Perspectives*, v. 10, n. 1, p. 83-107, 1996.
- RISKIN, C. *China's political economy: the quest for development since 1949*. Oxford University Press, 1987.
- RODRIK, D. *Industrial policy for the twenty-first century*. Harvard Kennedy School, 2004. (Working Paper).
- RODRIK, D. *Modern principles of industrial policy*. Harvard Kennedy School, 2022.

- SCHRAM, S. *The thought of Mao Tse-tung*. Cambridge University Press, 1989.
- SHIRK, S. *The political logic of economic reform in China*. University of California Press, 1993.
- SPENCE, J. D. *The search for modern China*. W. W. Norton, 1990.
- TÕNURIST, P.; HANSON, A. *Anticipatory innovation governance: shaping the future through proactive policy making*. Paris: OECD Publishing, 2020. (Working Papers on Public Governance, n. 44).
- VOGEL, E. F. *Deng Xiaoping and the transformation of China*. Harvard University Press, 2011.
- WEBER, M. *Economy and society*. University of California Press, 1978.
- WESTAD, O. A. *Restless empire: China and the world since 1750*. Basic Books, 2012.
- WHITING, S. The cadre evaluation system at the grass roots: the paradox of party authority. In: NAUGHTON, B.; YANG, D. (Ed.). *Holding China together*. Cambridge University Press, 2004.
- WITTFOGEL, K. *Oriental despotism: a comparative study of total power*. Yale University Press, 1957.
- WORLD BANK. *China 2030: building a modern, harmonious, and creative society*. World Bank, 2019.
- WU, X.; XU, G.; MA, R.; DU, J. The evolutionary process of secondary innovation in the context of globalization. *Industry and Higher Education*, 2008.
- ZHANG, Z. et al. Energy and emission scenarios for China's future. *Energy Policy*, 100, p. 431-441, 2017.
- ZHENG, W. *The China model: political meritocracy and the limits of democracy*. Princeton University Press, 2016.